

**FACULDADES SÃO JOSÉ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

FELLYPE PARADELLAS VITORIO GUIMARÃES
ORIENTADOR: ISAAC CAIRES

**“PRIVATIZAR OU ESTATIZAR? DOIS PROBLEMAS, UMA
SOLUÇÃO.”**

Rio de Janeiro

2019

**“PRIVATIZAR OU ESTATIZAR? DOIS PROBLEMAS, UMA SOLUÇÃO.”
"PRIVATING OR ESTABLISHING? TWO PROBLEMS, ONE SOLUTION."**

Fellype Paradellas Vitorio Guimarães

Aluno

Isaac Caires

Orientador

RESUMO

“Privatizar ou estatizar? Dois problemas, e uma solução.” Esta pesquisa aborda as principais consequências das organizações sendo elas gerenciadas por entidades públicas e/ou privadas, trazendo para o leitor uma análise dos processos de estatização e privatização no Brasil ao longo dos anos, bem como as causas consequências para o futuro do País. Os métodos predominantes utilizados nesta pesquisa foram de pesquisa bibliográfica e documental: Revisão de livros, artigos e dados governamentais. A privatização é um processo que beneficia tanto o Estado que oferta diversos serviços à sociedade, quanto ao cidadão usuário desses serviços. Não desmerecendo a importância das empresas estatais superavitárias que contribuem para o desenvolvimento do País, e a diminuição do déficit público.

Palavras-chave: Privatização, Estatização e Organizações.

ABSTRACT

"Privatize or state? Two problems, and one solution. "This research addresses the main consequences of organizations being managed by public and / or private entities, bringing to the reader an analysis of the processes of nationalization and privatization in Brazil over the years, as well as the cause's consequences for the future of the country. The predominant methods used in this research were bibliographic and documentary research: Review of books, articles and government data. Privatization is a process that benefits both the state that offers various services to society, and the citizen who uses these services. Not underestimating the importance of the state-owned enterprises that contribute to the development of the country, and the reduction of the public deficit.

Key-words: Privatization, Nationalization and Organizations

INTRODUÇÃO

Privatizar ou estatizar? Dois problemas, e uma solução. Uma breve abordagem sobre o processo de estatização e privatização no Brasil, e das suas importâncias para o desenvolvimento do País. O enfoque desta pesquisa aborda as perspectivas de desenvolvimento brasileiro após o quadro de privatizações, analisando os fatores positivos e negativos de ambos os modelos de gestão, contribuindo para o entendimento específico sobre o gerenciamento público e privado perante a sociedade.

O crescimento estatal se tornou imperioso após a “Grande Depressão” dos anos 1930, considerado o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. A partir daí, ficou claro que a reativação econômica no mundo não se daria pelas mãos da iniciativa privada, e sim com o apoio dos governos de seus respectivos países. Somente o poder público poderia dar conta de duas tarefas gigantescas: atacar as raízes da crise e alterar a base produtiva nacional. O cenário desenvolvimentista Brasileiro no início do século XX foi marcado pelo crescimento de empresas estatais. Foi a alternativa adotada pelo Estado brasileiro aos desafios do desenvolvimento, num quadro em que o capital privado nacional era fraco para enfrentar os problemas postos, e o capital estrangeiro não tinha interesse em investir. Esse tipo de política econômica promoveu a era da industrialização no país.

O processo de estatização obteve o seu auge durante o regime militar (1964-1985). As empresas estatais tornaram-se uma ferramenta chave da economia brasileira, permitindo uma alta na expansão do investimento agregado, na industrialização e na busca de estabilização macroeconômica.

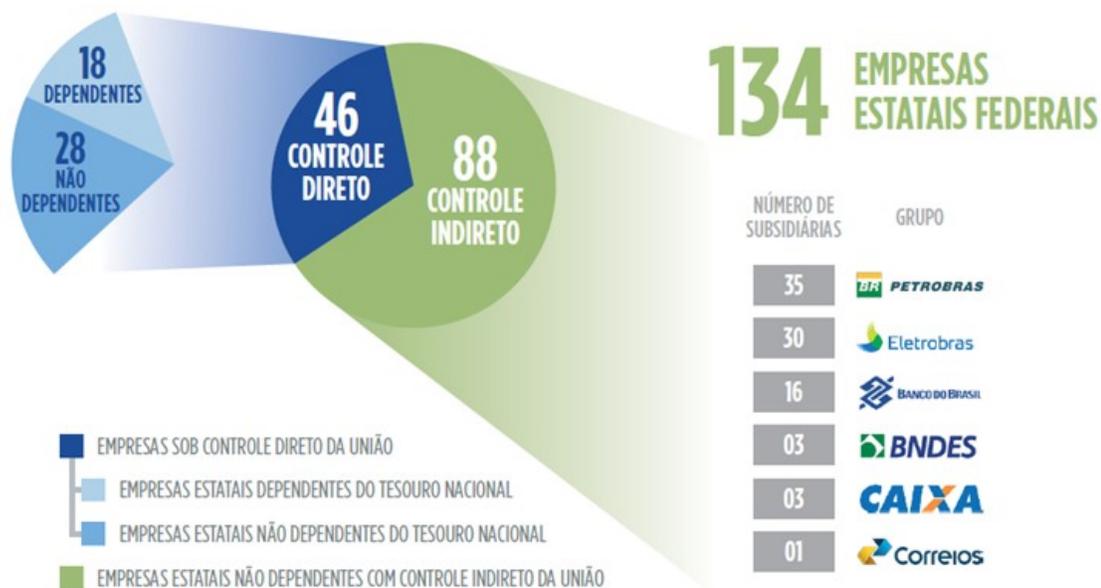
O tema se torna relevante pela necessidade atual da discussão sobre privatizações junto à sociedade brasileira. Tema que vem sendo debatido a frentes governamentais nos últimos anos. A metodologia de pesquisa utilizada neste artigo foram os métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Revisando livros, artigos científicos e relatórios governamentais sobre o tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Pinheiro 1996, p. 03:

“A privatização é usualmente vista como um instrumento-chave do processo de ajuste fiscal. Primeiro, porque, em geral, é difícil reduzir ou eliminar o déficit das empresas estatais sem transferi-las para o setor privado. Segundo, porque as receitas da privatização podem financiar o déficit público sem a necessidade de recurso à emissão de dívida ou moeda”.

Figura 1 – Empresas Estatais Federais



Font e: Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento - Boletim das empresas estatais federais. Resultado do 4º Trimestre de 2018.

As empresas estatais habitualmente possuem despesas elevadas com salários e benefícios dos seus funcionários, assim como altos custos de produção. De acordo com o relatório da Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento, o Brasil possui 134 empresas estatais federais. Dessas 134 empresas, 88 tem o controle indireto do governo, e outras 46 estão sob controle direto da União. Dentre as empresas que possuem o controle direto, 28 registram lucro e são classificadas como "não dependentes". As outras 18 empresas são consideradas "dependentes" do governo, pois não geram lucro suficiente para suprir as suas despesas. Ou seja, necessitam da ajuda financeira da União.

1- ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE O PROCESSO DE ESTATIZAÇÃO NO BRASIL – (1930 A 1985).

O termo “Estatização” aplica-se a todas as empresas em que a União, de forma direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. Ou seja, são as empresas públicas, sociedades de economia mista, e suas subsidiárias. Normalmente, as estatais formam monopólios do próprio governo sobre um recurso natural inviabilizando a participação das empresas privadas neste setor econômico.

A Primeira Guerra Mundial e a “Grande Depressão” de 1929, foram os marcos da crise do mercado e do Estado Liberal. Surge-se uma nova ideia de Estado, que assume um papel interventor e promotor do desenvolvimento econômico e social, seguindo os princípios da teoria Keynesiana que ganhava ênfase pelo mundo. O novo modelo de Estado passa a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia capitalista, promovendo poupança forçada, alavancando o desenvolvimento econômico, corrigindo as distorções do mercado e garantindo uma distribuição de renda mais igualitária. (WAPSHOTT, 2001)

No Brasil, o novo modelo de estado criou força na década de 30, com a reforma administrativa burocrática, o “Estado novo” e a criação do Departamento administrativo de serviço público (DASP) no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). O governo Vargas mudou o modelo econômico brasileiro de agrário-exportador para industrial.

Entre as décadas de 40 e 50, a intervenção estatal desempenhou um papel diferenciado proporcionando a criação de grandes empresas estatais que atuavam nos setores siderúrgicos, petrolíferos, minerais e elétricos visando explorar monopólios naturais onde o setor privado não investia. Coube ao Estado desempenhar a função de condutor dessa estratégia de industrialização que, desde o início esteve associada às empresas estatais (GOBETTI 2010). Neste período criaram-se estatais importantes para o País como a (CSN) Companhia Siderúrgica Nacional criada em 1940, a Companhia Vale do Rio Doce em 1942, e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1945. No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) criaram-se

estatais importantes para o desenvolvimento do Brasil, foi fundado o BNE – (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) em 1952, hoje intitulado como (BNDES), e a Petrobrás – (Petróleo Brasileiro S/A) em 1953. Ainda na década de 50, iniciaram-se os investimentos na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) em 1953 e inaugurada 10 anos depois em 1963.

No governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a indústria passa a ser o centro das atenções quando o governo resolve implantar o “Plano de Metas” indicando os cinco setores da economia brasileira para onde os recursos deveriam ser canalizados: Energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Criaram-se estatais de grande porte como: Companhia de Eletricidade do Amapá em 1956, Usiminas - (Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A) em 1956; RFFSA - (Rede Ferroviária Federal S.A) também em 1957; Centrais Elétricas de Furnas em 1958; Serviço de Transporte da Baía da Guanabara em 1959; Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba em 1960; Companhia Siderúrgica Vatu em 1960.

No início da década de 60, o Brasil passava pelo aumento da instabilidade macroeconômica. O governo de João Goulart (1961-1964) instituiu o chamado “plano trienal”, com o objetivo de combater a inflação e acelerar o crescimento econômico. Entretanto, o governo não era querido por parte de alguns militares, e passou a sofrer com outros problemas, como greves e insubordinações militares. Durante o governo de João Goulart surgiram 15 estatais de pequeno a médio porte. (LUSTOSA e MIANO, 2013).

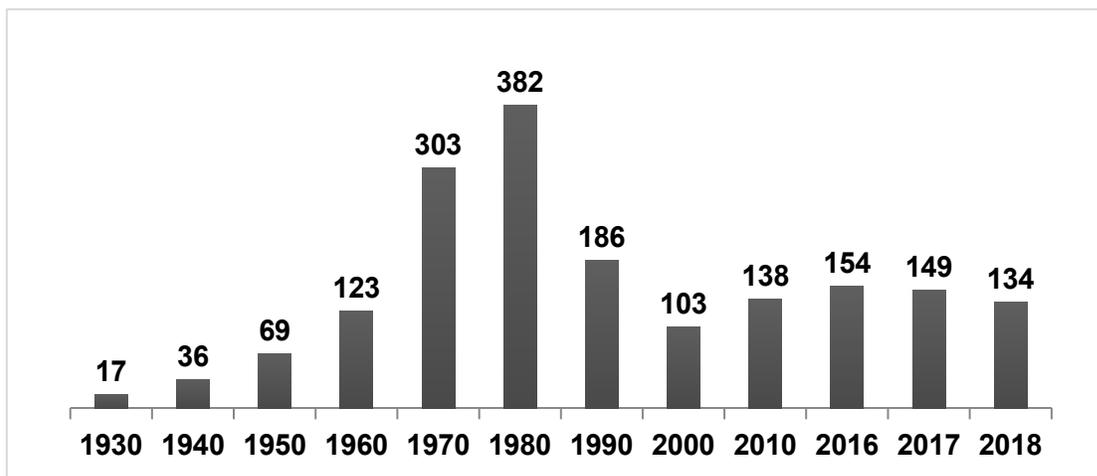
No governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) o 1º presidente da era do Regime militar (1964-1985), teve como objetivo reverter o cenário de instabilidade econômica, diminuindo-se a ênfase na expansão do setor produtivo estatal. Nessa época, o governo tentou controlar a inflação reduzindo os preços reais dos produtos e serviços das estatais como medida econômica. Em 1967 já no fim do seu governo, o presidente Castelo Branco implantou a reforma da administração pública brasileira através do Decreto-Lei 200, responsável pelo impacto na estrutura e no tamanho das empresas estatais.

O Brasil obteve o seu grande crescimento histórico na economia denominado como “Milagre econômico” entre os anos de 1969 até 1973, no governo de Emílio

Garrastazu Médici. No entanto, esse crescimento econômico ao qual o país passou foi impulsionado pelo Programa de ação econômica do governo (PAEG) implantado em 1964 pelo governo de Castelo Branco.

O governo Médici obteve melhorias significativas na infraestrutura do país; alto desenvolvimento industrial proporcionado pelos investimentos nos setores de siderurgia, geração de eletricidade e indústria petroquímica em um único ano impulsionado pelo crescimento e fortalecimento das empresas estatais; aumento do nível de emprego proporcionado pelos investimentos na indústria e na infraestrutura; e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) entre 7% e 13% ao ano.

Figura 2- Evolução das Estatais Federais Brasileiras



Fonte: Empresas estatais no Brasil e o controle da SEST – antecedentes e experiência de 1980; Perfil das Empresas Estatais Federais (1990, 2000 e 2010) e SIEST.

2- ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1969-2002)

O processo de privatização ocorre quando o governo transfere o comando de empresas públicas para a iniciativa privada. Ou seja, é a mudança no controle de uma propriedade pública para uma ou mais empresas privadas. Normalmente a privatização

acontece quando as empresas não proporcionam mais o lucro esperado para competir no mercado, ou passam por crises financeiras constantes.

A política de privatização em curso no Brasil tem origem externa. É a parte fundamental do neoliberalismo desde a década de 70, em resposta à macroeconomia keynesiana, as teses de autores como Hayek, Friedman, Stigler e Buchanan passaram, em meio à crise do Estado de Bem-Estar Social, a descrever o Estado como instituição hipertrofiada e maculada por interesses rentistas, oportunistas e egoístas. Começou pela Inglaterra, buscando uma economia por intermédio do fortalecimento do capital privado, da concorrência e da capitalização do Estado para controle do déficit público.

A privatização simplesmente afasta o Estado da atividade econômica e de serviços públicos, e abre novos e amplos espaços para os grupos privados, ao mesmo tempo em que, promovendo receitas extras com a venda de estatais e a concessão de serviços, o Estado passa a saldar ou diminuir suas dívidas e pode investir em áreas prioritárias. No entanto, o Estado perde bens e patrimônios referentes a estatal que foi privatizada.

No Brasil, essa política chegou ainda no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). As finanças públicas estavam enfraquecidas pelas dívidas externas e internas, juros elevados, e gastos com o segundo choque do petróleo. Havia dificuldades para manter-se o modelo de desenvolvimento econômico anterior praticado no país, o modelo de iniciativa estatal.

O primeiro passo rumo à privatização no Brasil foi dado no governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), ao criar o Programa Nacional de Desburocratização em 1979. Em 1981, o mesmo governo criou o "Programa de Desestatização" e a "Comissão Especial de Desestatização".

As economias latino-americanas nos anos 80 enfrentaram a crise da dívida externa e o esgotamento do padrão de crescimento. No bojo desses acontecimentos estava a crise fiscal do Estado. O Estado naquele momento perdeu a capacidade financeira de cumprir suas funções de modo eficiente na tentativa de estabilizar a economia nacional (BRESSER-PEREIRA, 1993).

A segunda etapa da privatização começa no regime democrático, com o Governo de José Sarney (1985-1990). Cria-se então o Conselho Interministerial de Privatização, depois Conselho Federal de Desestatização. Novas formas de privatização são definidas com as aberturas do capital social das empresas estatais.

Já no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), teve início a terceira etapa da privatização no Brasil. O novo governo adotou um pacote neoliberal de 20 medidas provisórias, promulgando a MP 155/90, depois transformado em Lei 8.031/90, criando O Programa Nacional de Desestatização. A lei recoloca os objetivos gerais da desestatização brasileira, acentuando a retirada do Estado da economia; a concentração do Estado em atividades que lhe são essenciais; e a democratização do capital das empresas privatizadas. Além disso, o PND limitava a participação do capital estrangeiro nas privatizações, na proporção de 40%. Antes de sua renúncia, Collor de Melo privatizou 18 empresas estatais sendo elas a maioria do setor petroquímico e siderúrgico. Partes destas receitas foram pagas com as chamadas “moedas de privatização” que eram títulos públicos de longo prazo com valor de mercado muito inferior aos seus valores nominais. Ou seja, além de prejudicar rigorosamente o saldo das privatizações, as receitas obtidas por valores inferiores fortaleceram os argumentos da oposição, composta por partidos políticos de esquerda, centrais sindicais e movimentos estudantis que se posicionavam extremamente contra as privatizações.

No governo de Itamar Franco (1992-1994), houve contradições no processo de desestatização, havendo esforços para que empresas de interesses nacionais permanecessem no controle do Estado por conta dos desastres das privatizações do governo Collor. Por esta linha, o Governo de Itamar suspendeu os leilões de privatização previstos, entre eles o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o da Ultrafertil.

[...] As privatizações ocorridas nos governos Sarney, Collor e Franco tiveram como foco as empresas industriais públicas, tendo como essencial motivação obter reajustes fiscais, ao cortar investimentos e custos desnecessários ou descontrolados. Os debates giravam em torno destes temas, mas não haviam ingressado na definição de um novo papel do Estado na economia. Este reposicionamento seria a tônica do

governo de FHC, para isso, o processo de privatizações foi intensificado e tornou-se a dimensão central da reforma. Visando à mudança da ordem econômica, empreendeu-se uma reorientação do papel do Estado, no intuito de reduzir sua intervenção e estabelecer a prevalência do mercado como condutor na economia. A privatização, além de ser considerada um meio de redução da dívida pública, passou a ser também parte do processo que visava aumentar a eficiência do sistema econômico (LUSTOSA & PECCI, 1999).

Já no 1º mandato do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) inicia-se a quinta etapa da política de privatização brasileira, a maior e de mais amplo alcance. O Governo de FHC buscou reformar a Constituição, e resolveu ampliar o serviço de privatização. As privatizações realizadas nos governos anteriores não surtiram os impactos econômicos esperados na redução de dívidas públicas, principalmente pelas vendas executadas por valores inferiores ao valor face.

As privatizações passaram a abranger também as empresas estaduais cujos governos estaduais planejavam reduzir as suas dívidas adotando o modelo de privatização que até então, só tinha força na esfera federal. O governo Fernando Henrique promoveu também a Reforma Gerencial, e logo após, a quebra do monopólio estatal do setor petrolífero e do setor de telecomunicações.

A Reforma Gerencial foi a resposta a esse desafio ao modificar a forma de administrar a oferta dos serviços. Ela torna os gerentes dos serviços responsáveis por resultados, ao invés de obrigados a seguir regulamentos rígidos; premia os servidores por bons resultados e os pune pelos maus; realiza serviços que envolvem poder de Estado através de agências executivas e reguladoras; e - o que é mais importante; mantém o consumo coletivo e gratuito, mas transfere a oferta dos serviços sociais e científicos para organizações sociais, ou seja, para provedores públicos não estatais que recebem recursos do Estado e são controlados através de contrato de gestão.

Armando-se desses dispositivos legais, o Governo passou à ofensiva na privatização: organizou novo estoque de empresas para leiloar e enveredou por novas linhas de atividade. Sancionou a Lei das Concessões, aumentando o alcance do PND, que assim poderia não só vender estatais, mas fazer licitações para exploração de serviços públicos. O Decreto 1.481, de 1995, incluiu no PND as empresas Eletronorte,

Eletrosul, Furnas, Chesf e a própria Eletrobrás. Remarcou todos os leilões suspensos no governo de Itamar Franco. Incluiu 31 portos brasileiros na lista do CND. Sancionou a Lei 9.295 que abriu ao capital privado a telefonia celular, o transporte de sinais por satélite e outros segmentos de telecomunicações. E em 1997, privatizou a Cia. Vale do Rio Doce, a maior estatal já vendida no Brasil.

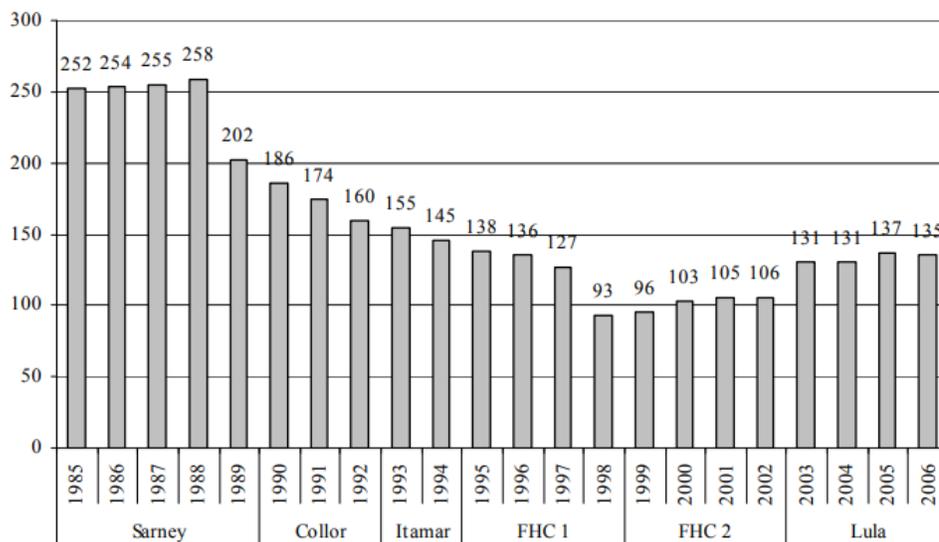
3- AS ESTATIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES DO SÉCULO XXI

Após décadas de governos privatizantes no Brasil, a democracia brasileira elegeu um presidente com um viés ideológico diferente dos seus antecessores. Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva se tornou presidente do Brasil, governando o país durante o período (2003-2011). Lula era um ex-sindicalista brasileiro com histórico de militante trabalhista, liderou grandes greves durante as décadas de 1970 e 1980, tornou-se um dos principais opositores da política econômica de privatização realizadas por Collor.

Embora a trajetória da vida de Lula tenha sido de luta contra o modelo Neoliberal que vinha ganhando força no Brasil nas últimas décadas, em seu governo, as políticas macroeconômicas com viés Neoliberal do governo de FHC fizeram-se presentes em grandes momentos durante o seu mandato. O Governo Lula aprofundou ainda mais a política de ajuste fiscal constituindo o famoso tripé, composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante, e uma política fiscal visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas.

O investimento plurianual do seu governo seguiu da base do governo FHC, articulando o investimento público com o investimento privado, especialmente através de concessões nos setores de energia elétrica, transporte e infraestrutura, assim como a expansão do crédito para investimento, principalmente pelo setor bancário público. Os programas sociais tiveram grande ascensão durante o governo petista.

Figura 3: Evolução do Número de Empresas Estatais Federais – (1985-2006)



Fonte: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais [DEST]

Nota: O gráfico acima revela os dados da evolução do número de empresas estatais Federais de 1985 até abril de 2006.

Na figura 3, podemos perceber que o crescimento estatal federal se estendeu até o penúltimo ano do governo Sarney 1988. Entre 1989 até o fim do 1º do primeiro mandato de FHC (1998) houve uma forte queda no número de empresas estatais federais no Brasil. Percebemos também uma retomada constante no crescimento de estatais federais já em 1999, no início do 2º mandato de FHC. Segundo (ARVATE & MACIEL 2010): “O aumento se deve, principalmente, à transferência de empresas estatais dos governos estaduais e municipais para o governo federal como parte do processo de renegociação das dívidas de estados e municípios. A lei federal 8727/93 que deu sustentabilidade a essas negociações”.

Durante o governo Lula, também houve medidas que proporcionaram o fortalecimento da parceria entre o setor público e privado, bem como os investimentos em grandes empresas nacionais (estatais e privadas). As empresas estatais voltaram a crescer e a ganhar destaque no cenário nacional como responsáveis por investimentos capazes de impulsionar o desenvolvimento do País. O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) voltou a ser demandado em relação à criação de empresas públicas, com destaque para a criação da Hemobrás e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em 2004, a Empresa Brasileira

de Comunicação (EBC) em 2007, a Pré-Sal Petróleo S/A em 2009, e a reativação da Telebras em 2010.

O governo Lula obteve resultados significativos: A taxa de crescimento do PIB quase dobrou, a desigualdade diminuiu e a obteve uma melhora no padrão de vida de milhões de brasileiros, além de conquistar grande prestígio internacional. Muito desse sucesso se deve a política Macroeconômica Liberal herdada pelo seu governo.

No dia 31 de outubro de 2010, a população brasileira elegeu outra candidata do PT a presidência Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Dilma começou o seu governo com o objetivo de seguir o mesmo desempenho do governo Lula. Compreendeu que havia necessidade de rever a política do tripé e produziu uma marcante mudança na política fiscal. Dê certa forma, o governo lula aumentou o tamanho do Estado e os gastos públicos, por sua vez, Dilma teve que optar por deixar que a economia fosse conduzida pelo capital privado, abrindo espaços para as privatizações e diminuição do aparelho estatal.

O Cenário econômico proporcionado pelo crescimento do ativismo estatal vem sendo diariamente desafiado pelas crises econômicas e políticas e, mais recentemente, pelas repercussões da operação Lava Jato, que têm afetado a reputação de importantes estatais brasileiras, vinculadas a grandes esquemas de corrupção durante anos. Como é o caso dos grupos Petrobras e Eletrobrás.

Durante o exercício de seu governo, Dilma deu início a um “pacote” de leilões de infraestrutura, através do qual entregou à iniciativa privada obras essenciais em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e estradas. O seu governo privatizou grandes aeroportos federais de 2011, em 2012 lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL) que incluiu um conjunto de projetos para um sistema de transportes conduzido por meio de parcerias com o setor privado. Em 2013 concedeu também um leilão que dá o direito de exploração do petróleo e do pré-sal. Em 2015, lançou a segunda etapa do PIL que privatizou mais seis rodovias.

Essas privatizações do governo Dilma foram uma tentativa de conter a dívida pública, fazer o PIB crescer, e diminuir a Inflação e o desemprego que vinha em crescimento. Porém o resultado não foi positivo, e Dilma deixou o seu legado com 13 Milhões de desempregados no Brasil.

4- O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO DOS ÚLTIMOS ANOS (2016-2019)

Em maio de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu o impeachment pelo congresso nacional, sobre as acusações de crime de responsabilidade fiscal cometidos durante o exercício do seu governo, deixando o cargo posteriormente para o seu vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Temer se tornou o 37º Presidente da República entre (2016-2018). O governo Temer seguiu os passos do neoliberalismo, e buscou reajustar as contas públicas através de reformas, modernizações das leis trabalhistas e privatizações.

No início de seu mandato, o presidente Michel Temer divulgou o maior pacote de privatizações já visto no Brasil. O objetivo era alavancar os projetos de vendas, concessões, prorrogações de contratos, PPPs (parcerias público-privadas) e outras formas de transferência para a iniciativa privada, ele criou, no mesmo ano, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Porém, o resultado foi abaixo do esperado. As grandes privatizações não foram concluídas por conta de sua alta rejeição popular, e das investigações de corrupção que colocaram em xeque toda a sua credibilidade.

Mesmo com altos e baixos, em 2016, o governo Temer aprovou o projeto que extinguiu a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única de todos os campos de exploração de petróleo no Pré-sal, e de ser sócia com ao menos 30% de participação. Assim como, a proposta de emenda constitucional 241/55 que limita por 20 anos, o crescimento dos gastos públicos ao percentual da inflação do ano anterior. Em 2017 aprovou também, a Lei da “Terceirização” que autoriza a terceirização em todas as atividades-fim empresariais. Bem como, a reforma trabalhista que teve como o objetivo a modernização da CLT.

Até o fim do seu governo o Banco Central reduziu a taxa Selic para 6,5% ao ano, o desemprego diminuiu muito pouco, a inflação caiu; o PIB voltou a crescer timidamente; e a pobreza extrema aumentou.

Em 2019, Temer terminou o seu mandato e passou a faixa presidencial para o 38º Presidente do Brasil e atual presidente “Jair Messias Bolsonaro”, do Partido Social

Liberal (PSL). Bolsonaro assumiu a presidência e deu continuidade à agenda Neoliberal de Temer com mais rigor em temas como privatização e Reforma da previdência. Para isso, Bolsonaro nomeou para o ministério da Economia o ministro Paulo Guedes, um PHD em economia com ideias Ultraliberais. O foco principal da sua agenda econômica no seu plano de governo é a desburocratização e desregulamentação das atividades empresariais, privatizações e redução dos juros. Segundo Bolsonaro, o estado precisa sair do “cangote” do trabalhador e permitir que os empresários invistam no País.

Em seis meses de governo Bolsonaro, as principais medidas econômicas executadas para conter a crise financeira do Estado que se faz presente como “herança” dos governos anteriores durante décadas, tem sido a economia dos gastos públicos. Entre elas estão: A redução do número de ministérios de 29 para 22, passando as tarefas e responsabilidades para os novos “superministérios” que caracterizam-se como fusões de ministérios anteriores; Redução de 21 mil cargos comissionados da administração pública; Redução dos gastos com patrocínios e publicidades; Redução dos investimentos em Cultura; Contingenciamento dos gastos com Universidades Federais e corte de 44% do orçamento das Forças Armadas.

As expectativas do Mercado Financeiro em relação ao governo e a aprovação da Reforma Previdência enviada por Paulo Guedes tem sido otimista, em abril de 2019, a bolsa de valores superou os 100 mil pontos pela primeira vez na história. Em sua agenda de Privatizações, Guedes tem sinalizado que pretende privatizar empresas estatais de grandes portes como a Petrobrás, a Eletrobrás e os Correios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na economia brasileira do século XX, a intervenção do estado foi responsável pelo desenvolvimento econômico e estrutural durante décadas, onde a iniciativa privada não tinha interesses e capital suficiente para investir no País. Empresas como a CSN, Vale do Rio Doce, BNE, Petrobrás, Banco do Brasil, RFFSA, Usina Hidrelétrica de

Itaipu entre outras, foram grandes destaques e responsáveis pelo crescimento urbano, industrial, econômico e social do País.

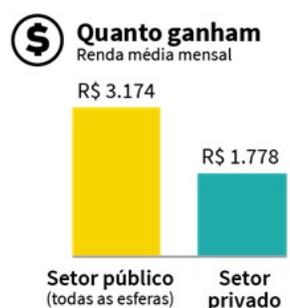
As empresas estatais brasileiras assumem um papel importante para o desenvolvimento econômico e social do País. Porém, muitas delas formam monopólios de recursos naturais e de serviços. Ou seja, atuam sem a livre concorrência no mercado e sem riscos de perderem a sua demanda para outra empresa. Quem sofre com essas consequências são os consumidores finais que ficam reféns de um determinado serviço ou produto produzido por essas empresas. Além disso, os déficits operacionais das empresas estatais “dependentes” são cobertos pelo Tesouro, pois não geram lucro. Ou seja, com isso, porque se esforçar para ser eficiente sabendo que o Tesouro irá cobrir os seus prejuízos? Uma empresa estatal que não está sujeita a concorrências diretas como no caso dos Correios e da Petrobrás, não possui a necessidade de buscar melhorias em seus processos. No caso dos correios, a alternativa se torna o aumento na tabela do frete sem qualquer garantia significativa que haverá eficiência ou melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. No caso da Petrobrás, simplesmente aumentam o preço do combustível.

Nessa mesma linha de raciocínio, existem outros problemas em relação a estatais e seus monopólios. Quando o consumidor estiver insatisfeito com os produtos ou serviços das empresas estatais, e decidir mover uma ação judicial contra a referida estatal, o próprio estado que cobre os déficits das estatais dependentes terá que julgar esta ação. Ou seja, o consumidor processará uma empresa estatal que muitas das vezes repassa os seus prejuízos operacionais para o Estado suprir, para que o próprio Estado julgue o processo. Conclui-se então que há vínculo entre o réu e o julgador, pois os mesmos entes pertencem ao estado, embora sejam de esferas distintas. Nesse caso o próprio estado julga a sua empresa, podendo haver parcialidade em seus julgamentos.

Por outro lado, as privatizações tem sido uma das medidas adotadas pelos atuais governos para tentar conter o déficit público. É evidente que os resultados anteriores das privatizações efetuadas principalmente na década de 90 não foram satisfatórios. As chamadas “moedas de privatização” aceitas como forma de pagamento na venda de empresas públicas podem ser consideradas um fracasso das privatizações

no Brasil, pois foram vendidas empresas estatais importantes para o País com um valor muito inferior ao seu valor nominal. Portanto, a privatização é um processo que precisa ser avaliado com muita cautela por especialistas antes de ser concretizada. Nem todas as empresas públicas geram prejuízos ao Estado como nos casos das estatais “dependentes”. Essas estatais dependentes devem ser privatizadas o mais rápido possível. Para fins de controles e fiscalização, as agências reguladoras criadas em 1997 no governo FHC assumem esse papel fiscalizador e controlador das atividades comerciais executadas pelas organizações. Assim como as agências reguladoras, existem outras autarquias federais como o próprio (CADE) Conselho Administrativo de Defesa Econômica que também desempenha um papel importante como fiscalizador das atividades econômicas executadas no mercado brasileiro.

Figura 5 – Análise média salarial por setor - 2016



Fonte: Pnad Contínua/IBGE, Ministério do Planejamento, Secretaria da Previdência Social, economista Nelson Marconi. Infografia: Gazeta do Povo, 2016.

Na comparação da média dos salários e auxílios oferecido pelo setor público e privado, percebe-se que o setor público possui salários e auxílios superiores ao setor privado. Além disso, o País enfrenta alguns problemas crônicos, como a crise da previdência, a alta carga tributária e o assistencialismo. Esses foram fomentados após o fim do regime militar, com a universalização de políticas públicas consagrado pela Constituição Federal de 1988, efetivada na década de 1990 e ampliada pelo governo Lula. (FONSECA; CUNHA & BICHARA, 2013).

Porém, é importante destacar que a parceria entre o setor público e o privado atingiu resultados negativos como: Corrupção, Lavagem de dinheiro, Fraudes e superfaturamento de licitações, e nomeações políticas para cargos de empresas

estatais. A operação “lava jato” da polícia federal, tem deflagrado diversos crimes de corrupção envolvendo empresas estatais e privadas nas últimas décadas. Esquemas formados entre estatais e empreiteiras envolvendo superfaturamento de contratos, fraudes em licitações e desvio de recursos de empresas estatais para pagamentos de propinas a políticos se fazem presentes por todo território nacional. Esse é um dos principais motivos para que uma grande parcela da classe política seja contra privatizações.

Nas empresas privadas que operam sobre a livre concorrência no mercado a situação é diferente, elas sempre terão como principal objetivo a geração de lucros e diminuição das despesas. A necessidade das privatizações das estatais, ou melhor dizendo, o problema da gestão pública está: Na questão ética; nas nomeações de funcionários por critérios políticos e não técnicos; na responsabilidade com os gastos e os investimentos públicos; e na ausência da eficiência e da geração de lucros como principal objetivo de alguns setores. Quem tem sido prejudicado com a ineficiência da gestão pública é o consumidor. Já que o Estado deseja assumir o papel de empreendedor criando e gerenciando empresas estatais, ele precisa também exercer os objetivos de um empreendedor, priorizando o lucro e se tornando independente do tesouro. E, além disso, as estatais precisam ser controladas por órgãos desvinculados ao estado, e competir nas mesmas igualdades que as empresas privadas. Sem isenção de impostos e ajudas do tesouro para cobrir os déficits operacionais.

A problemática em questão da gestão pública vai além até mesmo da gerência por si só. O problema se encontra até na constituição brasileira. Muitos servidores públicos possuem a garantia de benefícios extraordinários, bem como estabilidade entre outros benefícios como licença Prêmio, que não podem ser reduzidos ao padrão do mercado. Ou seja, benefícios esses que impactam diretamente nas despesas e na eficiência da gestão pública. O Gestor Público, muita das vezes não tem o poder de ajustar as suas despesas de acordo com o mercado, fica refém até mesmo de alguns funcionários concursados que não possuem comprometimento e responsabilidades com o seu trabalho, e usam a estabilidade entre outros benefícios como seu escudo.

Sobre as privatizações, a teoria utilizada pelos opositoristas à privatização, afirma que quando uma estatal torna-se propriedade privada, o setor privado irá

explorar as nossas riquezas para benefício próprio. Dê certa forma, podemos afirmar que sim, o empreendedor na maioria das vezes não está preocupado com o cenário brasileiro desde que não influencie o seu lucro. Ou seja, se nos momentos de crise no país ele estiver lucrando, para ele estará ótimo. Além disso, o fato de uma empresa ser privada, não é impedimento para formação de Cartéis, Oligopólios ou até mesmo Monopólio sobre um recurso natural ou serviços. Para impedir essas formações, é necessário que haja fiscalização e controle das atividades comerciais no mercado brasileiro. Porém, a tendência é que o futuro governo busque cada vez mais o liberalismo econômico, praticando privatizações e reduzindo a intervenção do estado na economia.

REFERÊNCIAS

ANUATTI, F.N; BAROSSO, M.F; CARVALHO, A.G; MACEDO, R. **Os Efeitos da Privatização sobre o Desempenho Econômico e Financeiro das Empresas Privatizadas**. REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA, Rio de Janeiro, Vol. 59, Nº 2, FGV, Abril-Junho, 2005.

ARVATE, P.C; MACIEL, V.F. **Tamanho do Governo Brasileiro: Conceitos e Medidas**. RAC, Curitiba, v. 14, n. 1, art. 1, pg. 1-19. Jan-Fev, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARAVALL, J. M; PRZEWORSKI, A. **Reformas Econômicas em Democracias Recentes: Uma Abordagem Social- Democrata**. Revista de Ciências Sociais, 36, Pág. 171-207. 1993.

CARVALHO, F.J.C. **Keynes e o Brasil**. Economia e Sociedade Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574. Dez, 2008.

COUTINHO, D.R; MELO, C.F.M; NASSER, M.V.N.A.M. **Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas**. Revista de Direito GV. São Paulo. V. 15 N. 1. ed. 1902. Jan-Abr, 2019.

CONSTANTINO, R. **Privatize Já**. Ed. São Paulo: LEYA, 2012

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLITICAS SOCIAIS. **Gasto Social Federal: Prioridade Macroeconômica no período 1995-2010**. IPEA, Brasília. Set, 2012.

FONSECA, P.C.D; CUNHA, A.M; BICHARA, J.S. **O Brasil na Era Lula: Retorno ao desenvolvimentismo?** Nova econ. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428, Ago, 2013.

GENTIL, D.L. **Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015)**. Revista da sociedade brasileira de economia política, Jan /Abr, 2017.

LUSTOSA, F.C; MIANO, V.Y. **Estatização e Desestatização no Brasil: O Papel das empresas estatais nos ciclos de intervenção Governamental do domínio econômico**. Revista de Gestão Pública, Vol. 2, N.1, pg. 145-18. Jan-Jun, 2013.

MARCONI, N. **Pnad Contínua/IBGE, Ministério do Planejamento, Secretaria da Previdência Social**. Infográfica: Gazeta do Povo, 2016.

MARQUES, H.N. **Privatização e qualidade dos serviços públicos de infraestrutura: Controle social e participação do consumidor**. TD Nº 426. Rio de Janeiro, IPEA, Junho, 1996.

MIRANDA, L.C.M; KEMPFER, M. **A Reforma Gerencial no Brasil e as possibilidades de viabilizar direitos sociais, políticos e econômicos**. Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública. Maranhão, v. 3, n. 2, pág. 1-16. Jul. Dez, 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS. **Boletim das Empresas Estatais Federais**. Brasília. Vol. 9. Mar, 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS. **Revista das Estatais**. Brasília. Vol. 1. Jan, 2017.

MORAIS, L; SAAD, A.F. **Da economia política à política econômica: O novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pg 507-527, Out-Dez, 2011.

PÊGO, B.F; LIMA, E.C.P ; PEREIRA, F. **Privatização, Ajuste Patrimonial e Contas Públicas no Brasil**. TD Nº 668, Brasília, IPEA, Set, 1999.

PINHEIRO, A.C; LANDAU; E. **Privatização e dívida pública**. Pesquisa e Planejamento econômico, Rio de Janeiro, Vol. 26, nº 1, IPEA, Abr., 1996.